

BANCÁRIOSRO



Informativo do Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia - Janeiro e fevereiro de 2019

www.bancariosro.com

TRABALHAR ATÉ MORRER?



Com o início do ano legislativo, os trabalhadores têm pela frente uma grande luta: a defesa da aposentadoria. De acordo com minuta da proposta vazada pela imprensa, homens e mulheres terão idade mínima de 65 anos para a aposentadoria, não existirá mais aposentadoria por tempo de contribuição, e para se alcançar o benefício integral, o trabalhador terá de contribuir por 40 anos.

Também querem introduzir a capitalização em contas individuais, modelo semelhante ao chileno, hoje alvo de grandes manifestações devido ao empobrecimento dos idosos no país.

As pessoas vão trabalhar até morrer. Dos 96 distritos de São Paulo, 36 têm a expectativa de vida inferior a 65 anos. No caso dos bancários, sabemos que os bancos têm como prática a demissão de funcionários antigos, com salários

mais altos. Imagine a dificuldade de se procurar emprego próximo da aposentadoria ou do tempo de contribuição para o benefício integral.

Ou nos mobilizamos ou trabalharemos até morrer. Os bancários nunca se furtaram da luta e, com certeza, mais uma vez estaremos nas primeiras fileiras das mobilizações em defesa da aposentadoria.

SISTEMA ATUAL NÃO ESTÁ QUEBRADO

O ex-ministro da Previdência Carlos Gabas rebate o argumento de que o sistema previdenciário está quebrado e lembra que previdência urbana era superavitária até 2015. “Se há atividade econômica, há emprego. Quando a crise se agravou, aumentou o desemprego e caiu a arrecadação. O problema não é estrutural”.

O ex-ministro, no entanto, defende a reforma do sistema modificando as fontes de financiamento do sistema atual por meio de reforma tributária; fim das isenções fiscais concedidas a empresas; combate à sonegação de impostos; e cobrar os grandes devedores.

Como é a Previdência Social hoje?

Seguindo o exemplo de países como Suécia, Alemanha, França e Reino Unido, a Constituição Federal de 1988 adotou a Seguridade Social como direito universal. Esse sistema é composto por Saúde Pública, Previdência Social e Assistência Social.

Hoje existem duas formas de aposentadoria: por tempo de contribuição e por idade.

COMO É FINANCIADA A SEGURIDADE SOCIAL?

O sistema é financiado pelo Estado, trabalhadores e empregadores. As contribuições derivam da folha de pagamento (20% do empregador, 8 a 11% para o empregado), contribuições de trabalhadores autônomos e facultativos (20%), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) recolhidos pelas empresas, PIS/PASEP, contribuição sobre a produção rural, Funrural (contribuição do empregador rural); regimes tributários especiais para micro e pequenas empresas (Simples e MEI).

Por que a Previdência está deficitária?

A previdência dos trabalhadores urbanos era superavitária até 2015. Entenda os motivos que levaram ao déficit.

CRISE ECONÔMICA

Como já explicado, a Previdência é financiada por contribuições de trabalhadores e empregadores, por meio da folha de pagamento. Portanto, o sistema depende do mercado de trabalho aquecido para se sustentar. Mas a recessão econômica dos últimos anos eliminou milhões de empregos. Esse cenário afetou o financiamento da Previdência a partir de 2016.

RENÚNCIAS FISCAIS

Para tornar as coisas ainda piores, nos últimos anos o governo reduziu para as empresas as alíquotas dos tributos vinculados à Previdência. Somente em 2019 estas medidas reduzirão a arrecadação do INSS em R\$ 54,9 bilhões.

SONEGAÇÃO FISCAL

Além disso, o governo federal deixa de arrecadar R\$ 500 bilhões por ano devido à sonegação de impostos.

DESVIO DE RECURSOS

Além disso, o governo deixa de aplicar na Seguridade Social parte das arrecadações via Cofins, CSLL, PIS/PASEP e outros tributos específicos, desviando esses recursos para outras áreas, principalmente para o pagamento de juros da dívida pública (da qual os bancos são os principais detentores). Esse mecanismo é chamado de Desvinculação de Receitas da União (DRU).

POR QUE O DÉFICIT É ILEGÍTIMO?

Pela Constituição Federal, qualquer gasto acima da receita da seguridade social deveria ser automaticamente coberto pelo Orçamento Fiscal da União. Por essa razão, tecnicamente não se pode falar na existência de déficit.

REFORMA TRABALHISTA

A nova lei trabalhista aprovada no governo Temer criou modalidades precárias de contratos de trabalho (parciais e intermitentes), que pagam salários mais baixos. Como o financiamento da Previdência tem origem na folha de salários, os contratos com remuneração menor levarão à redução das contribuições para a Previdência. A reforma ainda enfraqueceu os sindicatos. Com isso, as categorias tendem a conseguir reajustes salariais menores.

SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL ESTÁ AMEAÇADO

Com a reforma da Previdência, a aposentadoria não será o único direito ameaçado. As regras para ter acesso a outros benefícios, como auxílio-doença, serão mais rígidas (leia na página 4). O Benefício de Prestação Continuada - renda de um salário-mínimo para idosos e deficientes que não possam se manter e não possam ser mantidos por suas famílias - será desvinculado do valor do salário mínimo, e por essa razão, tende a ser ainda menor.



Chile, um exemplo do desastre que o governo quer para o Brasil

A capitalização da Previdência, com contas individuais e possibilidade de administração por entidades privadas, como propõe o ministro da Fazenda, Paulo Guedes, foi implantada no Chile nos anos 1980, durante o governo do ditador Augusto Pinochet. Hoje, devido ao

empobrecimento dos aposentados do país, o que tornou o índice de suicídio entre idosos chilenos um dos maiores do mundo, grandes manifestações são realizadas frequentemente para que o sistema de previdência capitalizado, conhecido como AFP, seja revisto.

PATRÃO NÃO CONTRIBUI

Diferentemente do Brasil, onde hoje o empregador contribui com 20% do salário do trabalhador para a previdência e o empregado entre 8% e 11%, no Chile, o trabalhador contribui com 10% do seu salário e o seu empregador não contribui com nada, a não ser em caso de trabalhos insalubres.

BENEFÍCIOS ABAIXO DO SALÁRIO MÍNIMO

Nove em cada dez aposentados chilenos recebem o equivalente a menos de 60% do salário mínimo local.

MENOS DA METADE DO ÚLTIMO SALÁRIO

Longe dos 70% planejados pelos seus idealizadores, a aposentadoria média dos chilenos corresponde a 38% da renda que eles tinham ao se aposentar, segundo pior resultado entre os 35 países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), atrás apenas do México, cujo modelo inspirou a previdência chilena.

Antes de qualquer reforma, o governo deveria adotar as seguintes medidas:

- ✓ Adoção de um modelo econômico promovido pelo Estado que priorize geração de emprego, renda e políticas sociais;
- ✓ Modificar as fontes de financiamento do sistema atual por meio de reforma tributária que institua impostos sobre lucros e dividendos, e renda e patrimônio dos mais ricos;
- ✓ Fim das isenções fiscais concedidas a empresas;
- ✓ Combater a sonegação de impostos;
- ✓ Cobrar os grandes devedores;
- ✓ Elevar o percentual de contribuição previdenciária sobre o faturamento dos ruralistas;
- ✓ Auditoria da dívida pública e Revisão das Desvinculações de Receitas da União (DRU), que transferem recursos da Previdência para o pagamento de juros da dívida pública.

O QUE CAUSA O ROMBO DA PREVIDÊNCIA



INSS

MP 871 encara trabalhador como fraudador

Sob a justificativa de combater irregularidades, Medida Provisória do governo é operação pente-fino pior que a de Temer, e visa cancelar benefícios previdenciários de todos os tipos

Em vigor desde 18 de janeiro, a Medida Provisória 871 do governo Bolsonaro (veja alguns pontos ao lado), sob a justificativa de detectar fraudes contra o INSS, vai deixar trabalhadores desassistidos nos momentos em que estão mais necessitados e vulneráveis, ou seja, quando incapacitados para o trabalho, particularmente nos casos de doenças crônicas e na maternidade. A opinião é da médica sanitária da Fundacentro Maria Maeno.

“Trabalhadores afastados por lesões e doenças incapacitantes há mais de 6 meses passam a fazer parte da população-alvo do “pente-fino”, quando antes, o tempo mínimo de afastamento era de 2 anos. Terão 10 dias para apresentar justificativa com documentação por via eletrônica, prazo após o qual terão os benefícios suspensos, caso não consigam cumprir a exigência ou o INSS julgue a documentação insuficiente”, destaca Maeno, acrescentando que a medida é uma reforma da Previdência feita pelas beiradas.

Trata-se de uma operação pente-fino pior do que a realizada pelo governo Temer, cujo alvo eram auxílios-doença e aposentadorias por invalidez há mais de 2 anos sem perícia. Enquanto que a medida do governo Bolsonaro mira não apenas auxílios-doença e aposentadorias por invalidez, mas também pensões por morte, aposentadoria do trabalhador rural, auxílio-reclusão, auxílio-acidente, BPC (Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social à Pessoa com Deficiência) e qualquer outro de natureza previdenciária, assistencial, trabalhista ou tributária.

Essa MP vai atingir em cheio a categoria bancária, que está entre as que mais adoecem, principalmente por Ler/Dort e transtornos men-



tais, que exigem frequentemente tempo prolongado de afastamento.

Dados do INSS mostram que em apenas oito anos (de 2009 a 2017), a quantidade de bancários afastados, que receberam benefícios acidentário ou previdenciário, aumentou 30%: passou de 13.297 em 2009 para 17.310 em 2017. Mais de 50% desses casos referem-se a transtornos mentais – que cresceram 61,5% no período – e a lesões por esforço repetitivo (Ler/Dort), que cresceram 13% em oito anos. “Esse número pode ser ainda maior se levarmos em conta a subnotificação”, destaca Damarindo.

TRABALHADOR COMO FRAUDADOR

A MP 871 encara todo o trabalhador como um fraudador da Previdência. O trabalhador adoecido, afastado por depressão, sem condições de voltar ao trabalho, terá de provar que não é um fraudador. E o objetivo disso não é combater irregularidades, mas sim cessar benefícios para, mais uma vez, economizar em cima dos que mais necessi-

tam.

Para isso, a medida estabelece gratificação de R\$ 57,50 a analistas e técnicos do Seguro Social para cada análise de benefício com “indício de irregularidade” concluído; e também bônus de desempenho de R\$ 61,72 para peritos médicos por processo concluído. Ou seja, o governo vai estimular servidores a cancelarem benefícios.

PRESSIONE O CONGRESSO

Para virar lei, a MP 871/2019 precisa passar pela aprovação do Congresso Nacional. Será analisada primeiramente em comissão especial mista composta por deputados e senadores. Após decisão da comissão mista, a MP será votada nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

É fundamental que os bancários pressionem os parlamentares contra a aprovação desta medida nefasta. Mande mensagens por e-mail para deputados e senadores.

VEJA AS PRINCIPAIS MUDANÇAS

DISPENSA DA PERÍCIA SÓ COM 60 ANOS

Artigo da lei 8.213/1991 determinava que os beneficiários que completassem 55 anos e 15 anos de benefício estariam dispensados da perícia periódica. Este artigo foi revogado pela MP 871 e agora só está dispensado o aposentado por invalidez que completar 60 anos.

PENSÃO POR MORTE

Para a pensão por morte será exigida prova documental para a comprovação de relações de união estável ou de dependência econômica. Pela lei atual, basta a prova testemunhal.

Para o recebimento do benefício desde a data do óbito, filhos menores de 16 anos precisarão requerê-lo em até 180 dias após o falecimento do segurado. Pela regra atual, esse prazo não existe para fins de retroatividade envolvendo menores de 16 anos.

APOSENTADORIA RURAL

A declaração emitida por sindicatos de trabalhadores rurais não será mais aceita como prova do exercício de atividade rural para fins de aposentadoria do trabalhador do campo. A MP determina que basta a autodeclaração do trabalhador, ratificada pelas entidades executoras do Pronater. Uma forma de enfraquecer os sindicatos rurais e deixar o trabalhador nas mãos do governo.

CORTE DO BENEFÍCIO

O INSS vai suspender o pagamento do benefício mesmo nos casos em que não tenha sido possível realizar a notificação do beneficiário. O benefício também será suspenso se o órgão considerar a defesa insuficiente ou improcedente.

PENHORA DO BEM DE FAMÍLIA

A MP estipula a possibilidade de penhora do bem de família nos casos de débitos com a Previdência, o que antes era proibido por lei.

QUEBRA DO SIGILO MÉDICO

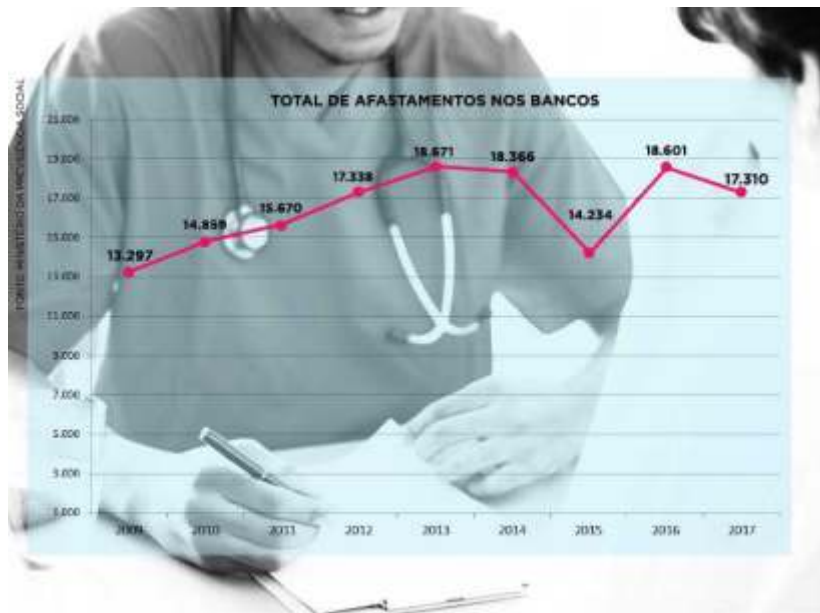
A MP estabelece que o INSS poderá ter acesso a todos os dados de interesse para a revisão do benefício, inclusive os “os dados dos documentos médicos mantidos por entidades públicas e privadas”. Isso significa a quebra do sigilo médico, princípio ético caro à profissão e que resguarda um direito do paciente.

EPIDEMIA

Número de bancários doentes dispara em oito anos

O número de bancários afastados por doenças cresceu substancialmente entre 2009 e 2017, segundo dados do INSS obtidos pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região.

O total de trabalhadores que tiveram benefícios acidentário ou previdenciário foi de 13.297 em 2009. Oito anos depois, 17.310 tiveram de se afastar do trabalho por conta de enfermidades. Aumento



de 30%.

Mais de 50% dos casos referem-se a transtornos mentais (aumento de 61,5%) e enfermidades relacionadas a lesões por esforço repetitivo (crescimento de 13%).

“Na população geral, 50% dos adoecimentos são da esfera psíquica ou do sistema musculoesquelético? Não. Analisando as condições de trabalho dos bancários e o seu perfil de adoecimento ocupacional ao longo dos anos, é possível compreender esses dados que são apresentados e reforçar a relação entre esses adoecimentos e o trabalho bancário”, avalia a médica e pes-

quisadora Maria Maeno, coordenadora do Programa Organização, Gestão do Trabalho e Adoecimento da Fundacentro, órgão ligado ao Ministério do Trabalho.

O levantamento reforça que a categoria bancária está adoecendo cada vez mais, e os motivos são aqueles que estamos cansados de alertar e denunciar: sobrecarga de trabalho, pressão para o cumprimento de metas abusivas e assédio moral. Tudo isso objetivando o aumento da lucratividade cada vez maior das instituições financeiras, o que só favorece os acionistas e diretores executivos dos bancos, em detrimento da saúde de milhares de trabalhadores.

SUBNOTIFICAÇÃO

Importante frisar que o levantamento refere-se apenas aos bancários afastados pelo INSS. Os dados desconsideram os trabalhadores que não tiveram o benefício concedido e os que mesmo doentes nunca acionaram a Previdência. Portanto, os números podem ser ainda maiores. A exclusão desses empregados dos números oficiais é chamada de subnotificação.



O aumento do total de afastados foi muito maior do que o crescimento do total de trabalhadores bancários. Em 2009, a categoria bancária somava 462 mil trabalhadores. Oito anos depois passou para 467 mil, aumento de 1%.

Os bancos respondem por apenas 1% dos empregos no Brasil, mas foram os responsáveis por 5% do total de afastamentos por doença no país, entre 2012 e 2017. Os dados são do Ministério Público do Trabalho.



POLÍTICAS DE GOVERNO PREJUDICAM TRABALHADORES E FAVORECEM MAUS EMPREGADORES

Desde 2016, quando Michel Temer tomou o poder, o governo federal vem anulando milhares de auxílios previdenciários e aposentadorias. Os pensionistas que não apresentam sequelas aparentes, como é o caso das pessoas que sofrem de doenças psicossomáticas, são os mais prejudicados pela política de revisão dos benefícios.

O governo Bolsonaro já mostrou que irá continuar com essa política. Além disso, o atual governo extinguiu o Ministério do Trabalho, justamente a pasta responsável por fiscalizar e penalizar empresas que impõem más condições e jornadas degradantes aos seus trabalhadores.

O afrouxamento da fiscalização resultará em ainda mais desfalques ao sistema previdenciário, por meio das diminuições das contribuições ao Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

O FAP é um multiplicador que incide sobre a folha de salários das empresas para custear aposentadorias especiais e benefícios decorrentes de acidentes de trabalho. Pela metodologia do FAP, as empresas que registrarem maior número de acidentes ou doenças ocupacionais, pagam mais. Por outro lado, o FAP aumenta a bonificação das empresas que registram acidentalidade menor.

São políticas que só favorecem as empresas que cometem abusos, pois elas não são penalizadas e não sofrem qualquer tipo de fiscalização do governo e ainda oneram ainda os cofres públicos.



PLR'S SENDO PAGAS

Santander pagará PLR no dia 28

O Santander comunicou que efetuará o crédito da segunda parcela da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no dia 28 de fevereiro. Na mesma data também serão creditados os valores referentes ao Programa Próprio Específico (PPE), assim como ao Programa de Participação nos Resultados Santander (PPRS) e ao Programa Próprio de Gestão (PPG) para aqueles que têm direitos a esses dois últimos progra-

mas.

O banco informou ainda que pagará o valor cheio referente à PLR, que corresponde a 2,2 salários do empregado, limitado a R\$ 27.802,48 pela regra básica, mais o valor da parcela adicional, limitado a R\$ 4.711,52. Sobre esses valores o banco não desconta as verbas pagas em seus programas próprios. São descontados apenas os valores já creditados em setembro, na primeira parcela da PLR.

Itaú pagará PLR dia 1º de março

O Itaú comunicou à Contraf-CUT que não antecipará o pagamento da segunda parcela da Par-

ticipação nos Lucros ou Resultados (PLR) e crédito será efetuado no dia 1 de março.

Bradesco pagou 2ª parcela no dia 6

O Bradesco já efetuou o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) no dia 6 de fevereiro.

O Bradesco também pagou o teto da PLR (a regra majorada,

que é 2,2 salários com teto de R\$ 27.802,48) e o teto da parcela adicional, que é R\$ 4.711,52, descontando a primeira parcela da PLR, que já foi paga em setembro de 2018.

NÃO EXISTE CRISE

Juntos, os três maiores bancos privados lucraram R\$ 59,7 bilhões em 2018

Os bancos privados faturam tanto em períodos de crise como em épocas de crescimento econômico.

Este tradicional argumento do movimento sindical foi comprovado pela divulgação dos lucros dos três maiores bancos pri-

vados do país em 2018. Num ano em que diversos setores da economia reclamaram de grandes quedas em seus resultados, Itaú, Bradesco e Santander somaram R\$ 59,7 bilhões, um crescimento médio de 10,8% nos doze meses, e rentabilidade entre 19% e 21,9%.



EnFrente

Não ao nepotismo disfarçado do Banco do Brasil

Muita explicação e nenhuma justificativa. Assim tem sido a resposta do governo e do Banco do Brasil para a nomeação de Antonio Hamilton Rossell Mourão, filho do vice-presidente da República, Hamilton Mourão, ao cargo de assessor especial da presidência do Banco do Brasil. A diretoria se esforça para alegar que não há ilegalidade no ato, que o estatuto do BB não foi descumprido e que, nesse caso, não houve nepotismo. Porém, ainda que assim fosse, nem tudo que é legal é moral, e nem tudo que goza de anuência é ético.

Para quem se diz no estatuto um defensor intransigente da ética organizacional, o banco escorregou feio, violando o princípio da impessoalidade para se render ao apadrinhamento.

No caso do governo e da equipe do presidente Bolsonaro, a contradição é ainda mais gritante, haja vista o discurso que propagam em defesa da meritocracia, pelo fim da “mamata” e contra o aparelhamento das empresas públicas.

Blindar o ato nepótico da presidência, seja aceitando argumentos normativos ou silenciando para não polemizar, não parece ser a atitude adequada. O fato necessita de questionamento, denúncia, com intensa cobrança de providências ao BB.

Enquanto o presidente do banco nomeia de forma inusual o filho do vice-presidente da República, numa ascensão que não foi progres-



siva, centenas de funcionários do banco amargam descomissionamentos e redução de salários, bastando para isso uma nota baixa vinda do seu superior hierárquico. O instrumento de avaliação GDP (Gestão de Desenvolvimento por Competências) tem sido usado para prejudicar os trabalhadores(as), de maneira que até funcionários(as) recém-premiados(as) estão sendo descomissionados(as).

A nomeação de Mourão para a assessoria da presidência só aumentou a indignação dos funcionários(as). Muitas foram as críticas nas redes sociais e na agência de notícias do banco. Alguns comentários, que a direção não gostou, foram apagados arbitrariamente.

Contradizendo as explicações

da presidência sobre a nomeação do filho do general, vale lembrar que as promoções no BB são feitas a partir de seleções internas. É preciso candidatar-se aos cargos para ser promovido, o que não aconteceu no caso de Mourão.

O sentimento de indignação com a referida nomeação também é da sociedade, de onde se originou uma ação popular que busca anular o ato administrativo. É certo que a magistrada responsável pelo caso, do Distrito Federal, negou a nulidade em caráter liminar (de imediato), mas deu seguimento ao processo para o julgamento do mérito. Vamos aguardar que a justiça faça justiça.

FONTE: vamosenfrente.com.br

Saiba quem é Pedro Guimarães, o novo presidente da Caixa

“Uma raposa cuidando do galinheiro.” Essa expressão cabe como uma luva para a nomeação do privatista Pedro Guimarães como presidente da Caixa.

Guimarães, bacharel em Economia pela PUC-RJ e mestre pela FGV-RJ, em seu doutorado teve como objeto de estudo os processos de privatização no Brasil.

O novo presidente da Caixa foi analista no Santander e BTG Pactual, banco fundado por Paulo Guedes, e participou da privatização do Banespa, Banerj e Banestado.

Seu último cargo privado foi no

banco Brasil Plural, instituição com forte presença nas áreas de petróleo e imobiliária. O doleiro Lúcio Funaro menciona o Brasil Plural como parte de suposto esquema en-



volvendo a J&F, que teria trazido prejuízos à Funcef, que era acionista da Eldorado Celulose, da J&F.

“Sabemos que esse governo tem perfil extremamente privatista e a nomeação de Guimarães é um sinal claro das suas intenções. Mais uma vez, os empregados da Caixa terão de estar unidos e mobilizados, juntos com a sociedade, na defesa desse patrimônio do povo brasileiro. Defender a Caixa 100% pública é também defender nossos empregos e direitos. Só a luta nos garante”, conclama Dionísio Reis, coordenador da CEE/Caixa.

CAIXA

Representantes cobram contratação de concursados, mas banco não confirma



A defesa de melhorias das condições de trabalho, do Saúde Caixa e por mais transparência na gestão marcou os debates da primeira negociação em 2019 com a Caixa Econômica Federal, realizada no dia 1º de fevereiro, em Brasília (DF). Entre outras questões, os representantes dos empregados cobraram soluções para problemas como a contratação de mais empregados, fechamento de agências, descomissionamento.

Na abertura da negociação, os membros da comissão realizaram um ato com cartazes e faixa em defesa da Caixa 100% pública e contra o fatiamento do banco.

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO CONCURSO

Sobre a declaração do presidente da Caixa de que pretende contratar concursados aprovados no concurso de 2014, os representantes da empresa argumentaram que a área de gestão de pessoas está realizando estudos e que, posteriormente, os resultados serão encaminhados para as instâncias de deliberação do banco. Ou seja, não há previsão de quando ou quantas pessoas serão realmente convocadas.

Sem contratações, o banco continua reduzindo drasticamente seu quadro de pessoal. Com a reabertura do Programa de Desligamento Voluntário Extraordinário (PDVE), mais 1.426 empregados se desligaram. Assim, conforme dados de 31 de dezembro, o banco tem 84.952 trabalhadores.

A convocação dos aprovados no concurso de 2014 é uma antiga reivindicação dos trabalhadores e do movimento sindical, que consta no Acordo Coletivo de Trabalho de 2015, mas que nunca foi cumprida mesmo após intervenção do Ministério Público do Trabalho (MPT).

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Cobrada pela CEE/Caixa, o banco apresentou uma proposta de modelo de atuação dos fóruns regionais de condições de trabalho para 2019. Os representantes dos trabalhadores vão avaliar o documento e fazer os ajustes que forem necessários. Segundo a empresa, está assegurado o funcionamento dessas instâncias para debater os problemas que afetam diretamente as estruturas e relações de trabalho nas unidades.

A CEE/Caixa também fez questionamentos sobre o descomissionamento via Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP). A reivindicação é pelo fim da GDP e a Caixa unilateralmente coloca o programa de desempenho para justificar descomissionamentos. Isso é inadmissível, um desrespeito ao que foi negociado na mesa.

PSI

Os representantes dos trabalhadores cobraram também transparência e o fim das discriminações nos Processos Seletivos Internos. O coordenador da CEE lembrou que a criação dos PSIs foi uma conquista dos trabalhadores para combater

as nomeações no banco.

GERENTES DE CANAIS DE ATENDIMENTO

Após cobranças em mesa de negociação, a Caixa anunciou que desde o dia 17 de janeiro já está disponível para os Gerentes de Canais de Atendimento (GCAN) o auxílio combustível para estes empregados utilizarem nas visitas aos parceiros e lotéricos. Essa é uma reivindicação histórica da categoria.

SAÚDE CAIXA E SAÚDE DO TRABALHADOR

Ficou definida na negociação com a Caixa a retomada dos debates de dois grupos de trabalhos paritários: GT Saúde Caixa, que deverá se reunir no dia 19 de fevereiro, e GT Saúde do Trabalhador no dia 20.

A criação desses GTs foi fruto da pressão dos trabalhadores, para criar fóruns de debates para aprofundar e buscar soluções para questões que são extremamente relevantes para os empregados da Caixa. Na reunião do GT Saúde Caixa, por exemplo, serão debatidas questões como modelo de custeio e qualidade do atendimento.

Para subsidiar os debates do GT Saúde do Trabalhador, a comissão entregou aos representantes os resultados da pesquisa Saúde do Trabalhador da Caixa 2018 realizada pela Fenae, e um conjunto de propostas para melhorar as condições de saúde dos empregados.

Fonte: Contraf-CUT com Fenae

BANCO DA AMAZÔNIA

Estrutura de agências foi pauta da primeira mesa permanente de 2019

A primeira reunião dos representantes dos trabalhadores com o Banco da Amazônia em 2019 foi marcada pelo debate sobre estrutura das agências. O Grupo de Trabalho sobre Modelo Negocial e Agências do banco, representado por Luís Flávio Silva e Geovane Rodrigues, apresentou o projeto em curso para readequação das unidades do banco.

BANCÁRIOS COMO PARTE DA ESTRUTURA

Os dirigentes sindicais destacaram aos representantes do Banco da Amazônia o trabalho de caravanas bancárias que o Sindicato vem desenvolvendo ao longo da sua atual gestão, e que nas visitas às unidades do Banco da Amazônia têm sido recorrente a avaliação de falta de bancários e bancárias nas agências e de melhoria na infraestrutura das mesmas.

Muitas agências do banco, principalmente no interior do estado, são deficitárias no seu quadro pessoal, o que gera sobrecarga de trabalho. Em termos de infraestrutura, muitas carecem de melhor serviço de internet, o que gera, inclusive, problemas no Ponto Eletrônico.

Embora o tema da reunião fosse sobre estrutura das agências, o banco não abordou a questão dos funcionários nas unidades. Não adianta apresentar as mudanças na infraestrutura sem abordar a

questão do efetivo de funcionários das unidades, afinal, a estrutura das agências também é composta pela estrutura de pessoal, e várias unidades estão deficitárias, ocasionando sobrecarga de trabalho.

PAUTAS EXTRAS

O Sindicato aproveitou a oportunidade para reivindicar uma reunião com o Banco da Amazônia que pautava, especificamente, a questão da segurança Bancária. Da mesma forma, requereu uma reunião específica que defina o pagamento de todas as ações judiciais vencidas pela entidade sindical e que já transitaram em julgado, no sentido de garantir os pagamentos à categoria em ações como: 15 minutos de jornada, 7ª e 8ª Horas Extras, Engenheiros etc.

Também cobrou a versão assinada do Acordo Coletivo de Trabalho 2018/2020, assim como o Acordo de PLR e pediu informações a cerca do projeto do PCCR, mas este, segundo o banco, ainda está sob análise da SEST.

Os trabalhadores foram representados nessa primeira reunião do ano pelo presidente do Sindicato dos Bancários do Pará, Gilmar Santos (que também representou a Contraf-CUT) e pelos dirigentes Ronaldo Fernandes, Suzana Gaia e Sérgio Trindade, que representou a Fetec-CUT/CN.

Fonte: Bancários PA



VISITA

Novo superintendente do BB em Rondônia vai ao Sindicato, que cobra soluções para os problemas enfrentados nas agências



O novo superintendente do Banco do Brasil em Rondônia e Acre, Gustavo Arruda – que assume no lugar de Felipe Tawerney Savero Zanella – fez uma visita de cortesia ao SEEB-RO no dia 8/1, acompanhado do gerente de mercado do BB, Jhovito Evaristo Correa.

Recepcionado pelo presidente José Pinheiro, pela secretária Ivone Colombo e pelo presidente da FETEC/CUT-CN Cleiton dos Santos, o superintendente fez um breve resumo de sua trajetória dentro do Banco do Brasil, e disse que, na sua gestão, vai manter um canal de diálogo permanente com o Sindicato para debater todas as questões de interesse dos funcionários do banco estatal.

O Sindicato aproveitou a visita de Gustavo Arruda e cobrou dele uma solução para a questão dos mais de 90 claros existentes nas agências do BB em Rondônia, o que, considerando o atual quadro de funcionários, é alarmante e preocupante.

“Ele disse que não vai medir esforços para repor essas vagas não preenchidas, e que isso será uma questão pessoal dele, em solucionar esse problema que influencia diretamente na rotina dos trabalhadores e no atendimento ao público”, descreveu José Pinheiro, presidente do Sindicato.

“Deixamos bem claro ao novo superintendente que o Sindicato vai continuar atento e firme na sua atuação em representar os interesses dos funcionários do BB em Rondônia, e por isso mesmo nos colocamos à disposição da Superintendência para que, juntos, possamos sempre encontrar soluções que assegurem a dignidade de vida e profissional desses trabalhadores”, destacou o dirigente sindical.

Ao final da reunião o novo representante da SuperBB se filiou ao SEEB-RO, já que é oriundo de outra base sindical e, também, por entender que somente com a representação sindical é que o trabalhador tem mais força.



BANCO DO BRASIL

Novo modelo de atendimento e suspensão da CCV são debatidos

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil reuniu-se na quarta-feira (6), com a direção do banco numa Mesa de Negociação Permanente para tratar das mudanças no modelo de atendimento e gerenciamento das agências, escritórios de varejo e estilo.

O modelo de atendimento da Unidade de Atendimento Varejo (UNV) que estava em 4 praças (Joinville, Ribeirão Preto, Curitiba e Belém), foi ampliado para Brasília e São Paulo e, recentemente, estendido para 106 praças em todo o Brasil. Além da criação de uma nova unidade para gerenciar o modelo de atendimento: a UAV.

Os representantes dos funcionários levaram vários questionamentos colhidos nos locais de trabalho pelos sindicatos, pois além da ampliação do modelo da UAV, os escritórios e agências especializadas também mudaram a sua vinculação.

Houve questionamentos sobre as estruturas das unidades, a ascensão profissional e trilha de carreira, bem como sobre alteração no nível das agências.

Os representantes do Banco do Brasil informaram que não há previsão sobre mudança no nível das agências. Está em estudos um modelo que contemple os diversos tipos de agências e escritórios, mas não há previsão de conclusão dos estudos.

O modelo foi expandido no meio de janeiro e os ajustes ainda estão sendo feitos, o que demandará novas reuniões para discutir problemas que aparecerem.

Um dos grandes problemas é que a quantidade de metas está maior que o volume de clientes, já que as carteiras foram migradas e muitos dos atendimentos não estão gerando conversão.

Houve denúncias de locais que estão atendendo clientes sem a senha, para evitar que o atendimento gere mais cobrança aos funcionários.

Houve cobrança para que as novas superintendências centralizadoras tenham contato com as entidades sindicais, uma vez que a resolução de problemas muitas vezes se



dá em nível local, sem que vire uma demanda à diretoria, ouvidoria ou ação judicial.

DESCOMISSIONAMENTOS

Os Sindicatos questionaram o Banco sobre uma nova onda de descomissionamentos e muito foi cobrado sobre os critérios, principalmente sobre o Gestão de Desempenho por Competências (GDP). Foram citados os casos em que não há feedbacks ou anotações e também o caso de gerentes gerais que, se aproveitando da distância que as superintendências estão, tem informado que a ordem do descomissionamento vem das novas superintendências centralizadoras no Rio de Janeiro e São Paulo.

A onda de descomissionamentos só aumenta a pressão e adoecimento dos funcionários. Há muito tempo a GDP acabou para muitos administradores e isso fica evidente quando nem quem descomissiona, nem quem é descomissionado entende e sabe explicar os critérios. O que parece é que existe meta de descomissionamento e não importa os critérios, vão cortar cabeças, cortar cargos e os salários dos funcionários. Não há segurança nenhuma da permanência no cargo mesmo para quem tem boa avaliação.

METAS E CONEXÃO

Os representantes dos funcionários levaram ao banco as diversas reclamações que estão chegando em todos os locais do país, sobre o programa de metas Conexão, em que os parâmetros usados estão sendo alterados de forma a maioria das carteiras não conseguirá atin-

gir as suas metas.

Esse não atingimento tem vários impactos financeiros, pois reduz a PLR, o Programa de Desempenho Gratificado (PDG) e cria mais assédio para descomissionamentos.

Ficou definido que haverá nova reunião com o BB em data a ser agendada, para tratar especificamente de GDP e CONEXÃO (programa de metas).

Sobre PDG, a Comissão de Empresa cobrou que este seja negociado com os sindicatos e que sejam feitos acordos específicos, assim como acontece com os programas próprios de outros bancos públicos e privados. Há uma grande reclamação sobre as alterações unilaterais do BB nas regras do PDG.

CCV - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO VOLUNTÁRIA

Na mesa de negociação permanente também foi tratado sobre a suspensão da CCV e os motivos que levaram a essa suspensão. O banco começou a apresentar em algumas sessões de CCV termos de quitação com mais de 5 anos, sem alterar o valor dos acordos. A Contraf-CUT cobrou do banco que faltou comunicado prévio e negociação sobre isso, causando enorme desconfiança e questionamento ético sobre o comportamento do BB.

O banco se desculpou sobre a falta de comunicação prévia e apresentou uma proposta de solução que precisa ser analisada pelos sindicatos, pois envolvem aspectos ainda não muito claros. As negociações sobre o retorno da CCV vão continuar nos próximos dias.

CONVÊNIO

Filiado tem descontos incríveis em veículos e serviços Ford e Fiat

O trabalhador que é filiado ao Sindicato conta, desde o último dia 25 de janeiro de 2019, com descontos e benefícios incríveis na aquisição de veículos novos e seminovos da Ford e da Fiat, bem como em todos os serviços oferecidos para a manutenção deste patrimônio tão importante para as famílias.

É que o SEEB-RO firmou convênio com o conglomerado Fiat Gima e Ford Mega Veículos no município de Ariquemes e, com isso, agora os bancários e funcionários das cooperativas de crédito dos sistemas Credisis e Sicoob, devidamente filiados ao Sindicato, podem usufruir de inúmeras vantagens como:

VEÍCULOS NOVOS

* Emplacamento, tapete e peito de aço grátis na aquisição de veículos novos;

* 25% de desconto à vista, no dinheiro, cartão de débito ou crédito para 30 dias para serviços;

* 20% de desconto nos parcelamentos em até 3 vezes para serviços;

* 25% de desconto à vista, no dinheiro, cartão de débito ou crédito para 30 dias para peças;

* 20% de desconto nos parcelamentos em até três vezes para peças;

VEÍCULOS SEMINOVOS

* Transferência grátis, tanque cheio e entrada parcelada em 6 vezes no cartão de crédito e limitada até 20% do valor do veículo seminovo;

* 25% de desconto à vista, no dinheiro, cartão de débito ou crédito para 30 dias para serviços (veículos multimarcas);

* 20% de desconto nos parcelamentos em até 3 vezes para serviços (veículos multimarcas);

* 25% de desconto à vista, no dinheiro, cartão de débito ou crédito para 30 dias para peças;

* 20% de desconto nos parcelamentos em até três vezes para peças;

O filiado terá ainda desconto de 20% na franquia, parcelados em até 4 vezes no cartão de crédito, e garantia de 18 meses nos serviços de funilaria e pintura.

O convênio é válido para todos os filiados do Estado, ou seja, mesmo quem não reside em Ariquemes

FIAT GIMA ARIQUEMES
 3516-8700
 99970-2702
 99953-0046
 98401-5510

A FIAT GIMA ARIQUEMES em conformidade com o Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro do Estado de Rondônia formaliza convênio a fim de proporcionar **VANTAGENS COMERCIAIS** para os associados, funcionários e seus dependentes.

Para ter direito aos benefícios concedidos, é necessária a apresentação da Carteira do Sindicato para associados e seus dependentes ou documento de comprovação. Vigência: O presente Convênio tem prazo de até 12 meses.

Benefícios do Departamento de Vendas Showroom

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS 0 KM

✓ Ao adquirir um veículo, o comprador terá de cortesia: **EMPLACAMENTO, TAPETE e PEITO DE AÇO.** (Exceto veículos promocionais)

Benefícios do Departamento de Pós-Vendas

SERVIÇOS 25% DE DESCONTO à vista, dinheiro, cartão de débito ou cartão de crédito 30 dias, 3x. 20% DE DESCONTO em até 3x.

PEÇAS 25% DE DESCONTO à vista, dinheiro, cartão de débito ou cartão de crédito 30 dias, 3x. 20% DE DESCONTO em até 3x.

GARANTIA DE 12 MESES NAS PEÇAS E SERVIÇOS REALIZADOS NA CONCESSIONÁRIA

PNEUS E ACESSÓRIOS COM 15% DE DESCONTO

REVENDEDOR EXCLUSIVO

PIRELLI PARCELAMOS EM ATÉ 6X NO CARTÃO **YOKOHAMA**

Revisão de FÉRIAS

PEÇAS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS

CHECK-LIST GRATUITO + DUCHA RÁPIDA GRÁTIS

VERIFICAÇÃO

- Suspensão Dianteira e Traseira
- Macaco e Chave de Roda
- Pneus
- Cinto de Segurança
- Palhetas
- Correia Dentada
- Lâmpadas
- Escapamentos
- Rolamentos
- Sistema Elétrico
- Sistema Freios
- Ar-Condicionado
- Sistema de Embreagem
- Fluidos líquidos e Arrefecimento
- Alinhamento
- Balancimento
- Buzina

REGULAGEM

- Faróis
- Portas

LIMPEZA

- Bicos Injetores
- Corpo Borboleta
- Lavagem do Veículo

CALIBRAGEM DE PNEUS
LUBRIFICAÇÃO DE FECHA DURAS

SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA MULTIMARCAS

GARANTIA DE 18 MESES
 EM SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA

OFICINA DE FUNILARIA E PINTURA MULTIMARCAS COM DESCONTO DE ATÉ 20% NA FRANQUIA PARCELAMOS EM ATÉ 4X NO CARTÃO

ATENDEMOS TODAS AS SEGURADORAS

Uniao Seguros, Allianz, Bradesco Seguros, Liberty Seguros, MAPFRE, SulAmerica, Azul, HDI, Yaxa Maritima, PORTO SEGUROS

FIAT GIMA ARIQUEMES

pode ir àquele município, munido do Cartão de Filiado (que pode ser adquirido na sede administrativa do SEEB-RO, em Porto Velho) e apresentar na revendedora no momento da compra ou da utilização dos serviços.

Ford MEGA ARIQUEMES
 3516-7700

A FORD MEGA ARIQUEMES em conformidade com o Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro do Estado de Rondônia formaliza convênio a fim de proporcionar **VANTAGENS COMERCIAIS** para os associados, funcionários e seus dependentes.

Para ter direito aos benefícios concedidos, é necessária a apresentação da Carteira do Sindicato para associados e seus dependentes ou documento de comprovação. Vigência: O presente Convênio tem prazo de até 12 meses.

PNEUS E ACESSÓRIOS COM 15% DE DESCONTO

REVENDEDOR EXCLUSIVO

PIRELLI PARCELAMOS EM ATÉ 6X NO CARTÃO **YOKOHAMA**

Benefícios do Departamento de Seminovos

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS SEMINOVOS

✓ ENTRADA PARCELADA em até 6 VEZES no cartão de crédito e limitada até 20% do valor do veículo

✓ TRANSFERENCIA GRÁTIS

✓ **TANQUE CHEIO

Benefícios do Departamento de Vendas Showroom

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS 0 KM

✓ Ao adquirir um veículo, o comprador terá de cortesia: **EMPLACAMENTO, TAPETE e PEITO DE AÇO.** (Exceto veículos promocionais)

Benefícios do Departamento de Pós-Vendas

SERVIÇOS 25% DE DESCONTO à vista, dinheiro, cartão de débito ou cartão de crédito 30 dias, 3x. 20% DE DESCONTO em até 3x.

PEÇAS 25% DE DESCONTO à vista, dinheiro, cartão de débito ou cartão de crédito 30 dias, 3x. 20% DE DESCONTO em até 3x.

GARANTIA DE 12 MESES NAS PEÇAS E SERVIÇOS REALIZADOS NA CONCESSIONÁRIA

REVENDEDOR EXCLUSIVO

PIRELLI PARCELAMOS EM ATÉ 6X NO CARTÃO **YOKOHAMA**

3516-7700

Ford MEGA ARIQUEMES

CONFIRA OUTROS CONVÊNIOS QUE BENEFICIAM OS SINDICALIZADOS

- CONVÊNIO COM DENTISTAS
- CONVÊNIO COM ACADEMIAS
- CONVÊNIO COM CINEMAS
- CONVÊNIO COM FACULDADES
- CONVÊNIO COM POSTOS DE COMBUSTÍVEL
- CONVÊNIO COM RESTAURANTES

É MUITO BOM ser sindicalizado

BRADESCO

Sindicato consegue liminar que garante emprego à funcionária do Bradesco portadora de LER/DORT

Por conta de ação interposta pelo SEEB-RO, o Juiz do Trabalho José Roberto Da Silva, da 2ª Vara do Trabalho de Porto Velho (TRT 14) deferiu o pedido de antecipação da tutela para assegurar a reintegração ao emprego a uma funcionária da agência do Bradesco, ex-funcionária do HSBC e que foi demitida pelo banco mesmo sendo portadora de doença do trabalho (LER-DORT) e possuir estabilidade acidentária.

Em caso de descumprimento o banco seria penalizado em multa diária de R\$ 2 mil.

A vasta prova documental (exames, laudos médicos e atestados de saúde ocupacional) evidenciou que a bancária desenvolveu doença ocupacional (LER/DORT) decorrente da atividade exercida na empresa por quase seis anos. Ela é portadora de síndrome do manguito rotador, epicondilite lateral e síndrome do tú-

nel do carpo, discopatia degenerativa incipiente de coluna cervical e lombar.

O magistrado entendeu que há perigo na demora da tramitação do processo, e que a trabalhadora deverá dar continuidade ao tratamento medicamentoso e fisioterápico, o que poderia ser dificultado com o desemprego. Além disso, se ela continuasse a não receber seu salário e nem estar amparada pela Previdência Social isso impediria a garantia de seu próprio sustento e o da sua família, o que afrontaria a dignidade do trabalhador.

A ação foi conduzida pelo advogado Castiel Ferreira de Paula, do Escritório Fonseca & Assis Advogados Associados, que responde pela assessoria jurídica do Sindicato.

Processo

0000653-54.2018.5.14.0002



Por pressão do Sindicato funcionária do Bradesco de Ouro Preto tem demissão revogada

O Bradesco demitiu, nos primeiros dias do ano, uma funcionária da agência do município de Ouro Preto do Oeste e que, além de ter dedicado mais de 30 anos de sua vida ao banco (conta-se, aí, os anos como funcionária do HSBC), ainda era portadora de doença ocupacional, ou seja, doença adquirida por conta das atividades prestadas à empresa durante tanto tempo.

No entanto o laudo médico do

próprio perito contratado pelo banco diagnosticou a trabalhadora como 'inapta', e por isso mesmo, ao tomar ciência do fato, o Sindicato pressionou o banco a revogar a demissão da bancária, buscando assim evitar uma grande injustiça com a trabalhadora e um potencial ataque aos direitos assegurados a ela, por ser portadora de doença ocupacional. Com isso o banco voltou atrás e desistiu da demissão.

MAIS VITÓRIAS

Sindicato consegue na Justiça quebra de caixa a avaliadores de penhor da CEF



Por conta de mais uma ação do SEEB-RO, os avaliadores de penhor da Caixa Econômica Federal conquistaram o direito de receber os valores referentes à parcela de quebra de caixa, que além de ser paga com os retroativos dos últimos cinco anos, agora está incorporada em definitivo aos salários destes trabalhadores.

Foi o que ficou decidido em audiência de conciliação do dia 1º de fevereiro, na sala de sessões da CEJUSC-JT PORTO VELHO-RO, sob a direção do Juiz do Trabalho Fernando Sukeyosi.

Os valores já foram devidamente depositados nas contas dos trabalhadores, que agora tem assegu-

rados a quebra de caixa no valor de R\$ 1.500,00, que representa aproximadamente 20% de reajuste nos salários. A parcela de quebra de caixa é cumulativa com a gratificação de função percebida pelo Avaliador de Penhor, por possuírem natureza jurídica diversa, uma vez que a quebra de caixa tem a finalidade de cobrir riscos da recomposição da diferença de caixa, enquanto que a gratificação de função visa a remuneração da função de maior complexidade.

“É uma grande vitória para os trabalhadores, pois além corrigir uma injustiça - garantido aos avaliadores de penhor um direito que não vinha sendo respeitado - é um

importante acréscimo no poder de compra destes pais e mães de família, especialmente diante deste cenário temeroso em que os poderosos fazem de tudo para retirar os extinguir direitos trabalhistas no país”, avalia Euryale Brasil, diretor Jurídico do Sindicato e empregado da Caixa.

A ação foi conduzida pelos advogados Denivaldo dos Santos Pais Júnior e Kátia Aparecida Pullig de Oliveira, do Escritório Fonseca & Assis Advogados Associados, que presta assessoria jurídica ao Sindicato.

Processo:

0000490-02.2017.5.14.0005

Bancos fecharam quase 3 mil vagas no Brasil em 2018

Em 2018 o setor bancário eliminou 2.929 postos de trabalho, 1.389 vagas apenas em dezembro. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Durante o ano, o salário médio dos demitidos equivalia a R\$ 6.774, enquanto a remuneração média dos admitidos corresponde a

R\$ 4.327. Isso significa que os novos funcionários foram contratados ganhando 36% menos do que os demitidos

A análise por Setor de Atividade Econômica (CNAE) revela que a Caixa Econômica Federal foi responsável pelo fechamento de 2.493 postos em 2018, enquanto os “Bancos múltiplos com carteira comercial”, categoria que engloba bancos como, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil, fecharam 607 postos, em 2018. No caso da Caixa, esse saldo é reflexo do Programa de Desligamento Voluntário (PDV) de 2017, reeditado em fevereiro e novembro de 2018.

tiplos com carteira comercial”, categoria que engloba bancos como, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil, fecharam 607 postos, em 2018. No caso da Caixa, esse saldo é reflexo do Programa de Desligamento Voluntário (PDV) de 2017, reeditado em fevereiro e novembro de 2018.